





...continuação

# Rodobens

**Banco Rodobens S.A**  
**CNPJ: 33.603.457/0001-40**  
 Rua Estado de Israel, 975  
 CEP: 04022-002 | São Paulo - SP  
 Telefone: 11. 2124-8700

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

...continuação	2º Semestre 2021	2021	2020
Aluguéis	246	457	442
Entidades de classe	215	406	393
Comunicações	151	266	299
Manutenção e conservação	116	215	207
Acordos e condenações judiciais	629	745	1.114
Outras	237	507	392
	17.505	30.414	20.383

(i) Refere-se, substancialmente, aos repasses de despesas do centro de serviços compartilhados, que mantém as atividades administrativas do Grupo Rodobens.

### (b) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2021	2021	2020
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	347	1.060	3.566
Reversão de provisão para perdas com outros valores e bens	5.596	5.730	1.176
Serviços de cobrança	49	1.448	1.762
Reversão de provisão despesas leasing operacional	293	377	639
Ganho na venda de bens não de uso próprio	735	1.529	5.243
Reversão de provisões operacionais	4.415	5.450	2.119
Reversão passivos contingentes	663	2.002	2.180
Recuperação de encargos e despesas	1.775	3.405	2.063
Equalização de taxas de operação de crédito	93	175	263
Atualização de impostos a compensar	114	172	45
Atualização monetária depósitos em garantia	815	1.153	634
Outras receitas	104	497	580
	14.999	22.998	20.270

### (c) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2021	2021	2020
Despesas com intermediação de negócios (i)	3.063	5.108	3.438
Descontos concedidos em renegociações (ii)	299	300	1.650
Provisões para perdas em outros créditos (iii)	949	1.699	1.190
Gastos com bens não de uso próprio (iii)	4.610	9.188	6.882
Provisões para perdas com outros valores e bens (iv)	876	2.602	6.561
Perdas de outros créditos (v)	572	1.547	4.932
Perdas na venda de bens não de uso próprio	5.567	5.810	1.900
Provisões para passivos contingentes	1.873	3.319	3.392
Serviços de cobrança	475	896	1.035
Administração de frota de leasing	391	849	1.169
Serviços de terceiros	2.319	3.925	2.785
Outras despesas	989	1.525	2.719
	21.983	36.768	40.166

(i) As despesas com intermediação de negócios referem-se à remuneração dos correspondentes pela con-

tratação das operações de crédito e arrendamento mercantil. (ii) Descontos concedidos nas renegociações de operações de crédito, substancialmente no plano empresarial. (iii) Referem-se a gastos irre recuperáveis e provisões para perdas de gastos com contencioso, que compreendem: retomada, guarda, manutenção e venda de bens não de uso próprio. (iv) Referem-se à provisão para perdas no valor recuperável de bens não de uso próprio. (v) Perdas de outros créditos representam os gastos com contenciosos não recuperados, para os quais havia provisão para perdas constituída.

### (d) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2021		2020	
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do exercício	Resultado do exercício
Receitas da intermediação financeira	351.016	-	351.016	213.300
Despesas da intermediação financeira	(248.398)	-	(248.398)	(154.919)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>102.618</b>	<b>-</b>	<b>102.618</b>	<b>58.381</b>
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	12.010	-	12.010	(425)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>114.628</b>	<b>-</b>	<b>114.628</b>	<b>68.185</b>
Imposto de renda e contribuição social (ii)	(5.047)	-	(5.047)	1.597
Participações no lucro	(5.000)	-	(5.000)	(2.147)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>104.581</b>	<b>-</b>	<b>104.581</b>	<b>65.746</b>

**Em 31 de dezembro de 2020:** (i) Outras receitas (despesas) operacionais: descontinuidade de projeto de desenvolvimento e implantação de softwares, com efeito negativo no montante de R\$ 4.465; resultado da transferência por venda e doação em pagamento de BNDUs a entidades ligadas, com efeito positivo no montante de R\$ 4.824; reflexos tributários de PIS e COFINS, com efeito negativo no montante de R\$ 223; e perda de capital sobre investimentos em ligada, com efeito negativo no montante de R\$ 561. (ii) Imposto de renda e contribuição social: efeitos tributários sobre os resultados não recorrentes, no montante de R\$ 1.597.

**23. Limite operacional - Acordo da Basileia:** O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). De acordo com a nova metodologia de cálculo, o Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 com base no conglomerado prudencial é 20,92% (2020 - 24,65%).

**24. Gerenciamento de riscos e capital:** Cultura de Riscos: Disseminamos a cultura de riscos para aumentar o nível de conscientização dos colaboradores quanto ao seu papel na gestão dos riscos corporativos, por meio de: **a)** Código de Conduta que estabelece boas práticas, valores que devem ser seguidos pelos colaboradores e canais de denúncia, sendo amplamente divulgados; **b)** Políticas de Riscos que determinam os processos e procedimentos que são executados em cada área de risco; **c)** Divulgações periódicas de normativos por meio do Informativo Regulatório por Compliance; **d)** Disponibilização de canal direto de Comunicação com Compliance; **e)** Participação em comissões de entidades representativas do setor com posterior disseminação interna; **f)** Programas de segurança patrimonial e do trabalho, incluindo riscos socioambiental e segurança da informação anualmente; **g)** Treinamentos internos pela Universidade Rodobens e externos quando necessários. **Gestão Integrada de Riscos:** Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Rodobens estabeleceu tipos de controles, observando os limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, adotando instrumentos que permitam a consolidação e controle de uma forma integrada. A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio da Rodobens e com reporte nos fóruns: **a)** Comitê Executivo de Riscos; **b)**

Comitê de Finanças, Riscos e Auditoria; **c)** Reunião do Conselho de Administração. São adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos: **a)** Visão consolidada de riscos; **b)** Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; **c)** Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional; **d)** Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; **e)** Envolvimento da Alta Administração. A Rodobens estabeleceu alguns parâmetros de alertas e limites aos riscos passíveis de quantificação, criando níveis de sinalização como: O Alerta que indica que, embora seja admissível o atingimento, significa um estado de "atenção", podendo este, conforme a relevância antecipar ações corretivas. O Limite que indica a situação a partir da qual uma ação é necessária, buscando a correção e retorno para o status prévio de alerta. O atingimento destes níveis deve ser tratado através da aplicação e acompanhamento de planos de ação, que pode ser analisado a evolução do cenário como um todo para tomada de medidas estratégicas. **Pilares de Gestão de Risco:** I. Risco de Crédito: A gestão do Risco de Crédito alinhada às estratégias e políticas de crédito, que estabeleçam limites operacionais e mecanismos de mitigação, assim como procedimentos aplicados na manutenção da exposição em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria e Conselho de Administração. Tendo como objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação deste Risco, a Rodobens atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no monitoramento de concentrações, acompanhamento de operações após a concessão, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito, no ambiente interno e externo. Os controles de concentração versam sobre exposições em grupos econômicos, empresas, pessoas físicas, partes relacionadas e operações compromissadas. O processo de Crédito é constituído pelas etapas de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação. II. Risco de Liquidez: Somos conservadores na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em cenários macroeconômicos que possam alterar a disponibilidade de recursos no mercado financeiro, sendo a administração do risco orientada por: **a)** Acompanhamento do fluxo de caixa projetado x Limite mínimo; **b)** Avaliação de operações da carteira com detalhamento das projeções de fluxo de caixa; **c)** Avaliação dos principais vencimentos que ocorrerão; **d)** Envolvimento da alta

administração no monitoramento e tomada de decisões. Para a gestão do risco de liquidez são projetados frequentemente os fluxos de entradas/saídas e saldo de caixa frente margem mínima de segurança para o horizonte futuro suficiente para controle e tomada de decisões estratégicas. As premissas de stress aplicadas podem ser ajustadas de acordo com os acontecimentos objetivando sempre refletir o contexto vivenciado e o horizonte de eventos esperados e de baixa probabilidade de ocorrência. III. Risco de Mercado: O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos em relação ao PR, com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição seja suportada pelo capital da Instituição. Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes. IV. Risco Socioambiental: Na fase de concessão e análise da operação de crédito, todos os proponentes devem passar pela verificação da conformidade legal das suas atividades. O objetivo é avaliar se o cliente está em conformidade legal, utilizando-se para isso, pesquisas de informações públicas (ausência de licenças ou autorizações, embargos ou ações de órgãos públicos, multas ambientais, sociais ou trabalhistas, entre outras), identificando possíveis investigações e ou crimes, diretamente ligados a pessoa física (clientes e sócios) e pessoa jurídica. V. Gestão de Capital: O gerenciamento de capital é mantido por processo contínuo de monitoramento e controle, onde avaliamos os cenários para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita e preparamos o planejamento e metas de acordo com seus objetivos estratégicos. Os cenários de estresse de capital contemplam simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, nos quais são estimadas as perdas potenciais e exigências internas definidas pela Diretoria. Dentre os fatores considerados nas simulações estão indicadores macroeconômicos, setoriais relacionados às exposições ativas e passivas e seus dobramentos no ambiente interno da instituição, sendo o orçamento e inputs de stress em crescimento de carteira, atrasos de pagamento, pedidos de carência, provisionamento, Resultado, distribuição de lucros, dentre outros com seus consecutivos impactos em Patrimônio de Referência (PR) e Ativos ponderados pelo Risco (RWA). VI. Risco Operacional: O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por sistemas especializados. Os sistemas oferecem o devido suporte para as fases de mapeamento, cadastro de processos, avaliação e mensuração dos riscos, planos de ação, relatórios gerenciais, reportes para alta administração, alocação de capital e base de perdas. O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio. Outras informações sobre gerenciamento de riscos no site: <https://www.rodobens.com.br/compliance>

**DIRETORIA** Libano Miranda Barroso - Diretor Presidente  
 Pedro Elias Dabbur - Diretor Geral  
 Bruno Boccolini Alves Costa - Diretor de Crédito  
 Gustavo Henrique Bizaio Testi - Diretor de Controladoria, Oper., Juríd., Ouvidoria e Cobrança  
 Fernando Marcelo Calado de Andrade - Diretor de Tesouraria

**CONTADOR**  
 Elcio Perpétuo Marques Mendonça - CRC ISP 251.696/0-6

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
 Banco Rodobens S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rodobens S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rodobens em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Admi-

nistração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em

nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria das investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2022

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/0-5

Rodrigo de Camargo  
 Contador CRC ISP219767/0-1